



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009647-19.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça**
 Documento de Origem: **IP - 275/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Luis Antonio Brambilla**
 Vítima: **Rosana Cristina Ferreira da Silva**

Aos 19 de agosto de 2014, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Luis Antonio Brambilla, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Dra. PROMOTORA:**“MM. Juiz: Luis Antonio Brambilla, qualificado a fls.03/04, foi denunciado como incurso no artigo 147, *caput*, do Código Penal, porque em 26.03.2013, por volta de 10h00, nas dependências do fórum cível, centro, em São Carlos, ameaçou por palavras sua ex-companheira Rosana Cristina Ferreira da Silva, de causar-lhe mal injusto e grave, prevalecendo o agente das relações domésticas. A ação é improcedente. As versões são conflitantes. Também a vítima não deixou claro que o réu teve dolo de ameaçá-la de mal injusto e grave. Assim, requeiro a absolvição. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: em comum com o MP, observando-se o artigo 155 do CPP. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“VISTOS. Luis Antonio Brambilla, qualificado a fls.03/04, foi denunciado como incurso no artigo 147, *caput*, do Código Penal, porque em 26.03.2013, por volta de 10h00, nas dependências do fórum cível, centro, em São Carlos, ameaçou por palavras sua ex-companheira Rosana Cristina Ferreira da Silva, de causar-lhe mal injusto e grave, prevalecendo o agente das relações domésticas. Recebida a denúncia (fls.14), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.34). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha comum e interrogado o réu. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. DECIDO.** Como bem observado pelo Ministério Público “a ação é improcedente. As versões são conflitantes. Também a vítima não deixou claro que o réu teve dolo de ameaçá-la de mal injusto e grave (...).” De fato, não há provas em juízo que autorizem a condenação. Ante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Luis Antonio Brambilla com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):